



Ata da 2ª Reunião Geral do Fórum Floresta Nativa em 2021 – 29 de junho

Participantes: Ana Carolina Duque (Pinheiro Neto Advogados), Ana Loreta Paiva (Agroicone), Ana Luci Grizzi (Veirano Advogados), Ana Lucia Assad (A.B.E.L.H.A.), Ana M. Euler (Embrapa), Andreia da Fonte de Queiroz (BNDES), Angélica Nogueira de Tedesco (UFES), Barbara Pellegrini (Viveiro Muda Tudo), Camila Lima (BNDES), Carla Gheler-Costa (Câmara dos Deputados), Carlos Barros, Carlos Vicente (IRI Brasil), Carol Sacramento (Black Jaguar Foundation), Claudette Hahn (Fundação Florestal / SIMA – SP), Cristina Y Vidal (WeForest), Cynthia Souza (Climate Reality Project Brasil), Dilson Sena (Sena - Soluções Ambientais e Engenharia), Eduardo Giacomazzi (NSF), Eduardo Roxo (Atina), Elisa Guida (Radicle Brazil), Elisabeth Forseth, Emiliano Graziano (Fundo JBS pela Amazônia), Fernanda Stefani (100% Amazonia), Fernando Passos (UFPR), Guilherme Montoro (BNDES), Gustavo Bediaga (Ibama), Isabelle Pepe (IIS), Ivan Alvarez (Embrapa), Jade Tissiani (Imaflora), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), José A R Machado (Instituto Florestal), José Carlos Carvalho (Instituto Inhotim e Seiva Consultoria), José Ludgero Rocha (IEF MG), Juliana Simões (TNC), Kalil Cury (Partner Desenvolvimento), Karen Oliveira (TNC), Laura Antoniazzi (Agroicone), Leonardo Sobral (Imaflora), Lícia M N de Azevedo (TNC), Luciana Villa Nova (Natura), Luciane Chiodi Bachion (Agroicone), Marcelo Hercowitz (BV Rio), Marcelo Matsumoto (WRI), Márcio Costa (BNDES), Marco A de Resende Ferreira (ARPEMG), Maria José Sampaio (Embrapa), Mariana Haddad (Instituto Semeia), Marisa Rossi Monteiro, Martin Kemmsies (Carocango), Mayara Neme Mira (Reservas Votorantim), Merel van der Mark (Environmental Paper Network), Michele Cotta (COPPE/UFRJ), Miguel Calmon (WRI), Milton Kanashiro (Embrapa), Nathalia Marangoni (Agroicone), Nina Soares (CEBDS), Olavo Makiyama (Instituto Semeia), Patricia Carneiro (BNDES), Paula Costa (PRETATERRA), Paulo Bellonia (Save Cerrado), Pedro Zanetti (Proforest), Rachel Biderman (CI), Rafael Feldmann (Cascione Pulino Boulos Advogados), Rafael Volochen (Embaixada da Noruega), Regina Cavini (Pnuma), Renata M G Costa (Instituto Terroá), Renato Moreira (Associação Ecológica Vale dos Lagos), Rodrigo Ciriello (Futuro Florestal), Rubens Benini (TNC), Sara Sales (TREBEA - Gestão e Sustentabilidade), Simone Gonçalves (Abiec), Stefan Keppler (MUSA), Susy Yoshimura (GPA/ASSAI), Tarcísio Feitosa, Teresa Rossi (Instituto Escolhas), Valdeci Verdelho (Verdelho Comunicação), Valter Zantioni (PRETATERRA), Vera Lex Engel (UNESP); Joice Oliveira, Laura Lamonica, Maiara Beckrich (Coalizão Brasil)

Atualização das Forças-Tarefa do Fórum Floresta Nativa

FT Restauração

- A FT Restauração foi criada para unificar três FTs que trabalhavam o tema de restauração no escopo do Fórum Floresta Nativa: Monitoramento da Restauração e Reflorestamento; Demandas da Restauração; e Vitrine da Restauração. Com a primeira fase dos esforços destes grupos concluída e buscando promover uma agenda integrada no tema restauração na Coalizão, avaliamos que seria interessante unificar as iniciativas nesta nova FT sob a liderança de Laura Antoniazzi (Agroicone) e Rubens Benini (TNC).
- O plano de trabalho da FT está em construção, mas pretende-se trabalhar em sinergia com a Década da Restauração da ONU, aproveitando que o tema está com grande



visibilidade na agenda internacional e trazer essa importância para a discussão no Brasil, com foco em capacitação e nos Programas de Regularização Ambiental (PRA). Entre as entregas realizadas pelas FTs que foram unidas sob a FT Restauração estão: o estudo de [“Identificação da demanda por restauração nativa proveniente de mecanismos legais para além da Lei de Proteção da Vegetação Nativa”](#); o lançamento do [Observatório da Restauração e Reflorestamento](#), plataforma que tem como objetivo integrar, qualificar e reportar as ações de restauração da vegetação nativa e silvicultura no país, que agora entra na fase de aprimoramento; e o lançamento da [Vitrine da Restauração](#) que tem o objetivo de mapear todas as organizações que trabalham com restauração ecológica no Brasil.

FT Silvicultura de Espécies Nativas

- A FT tem trabalhado em quatro frentes no sentido de promover o Brasil a um lugar de liderança no tema de Silvicultura de Espécies Nativas: Pesquisa e Desenvolvimento; Mercado; Investimento e Financiamento; e Marco Regulatório.
- Em 2021, [foi lançado o programa de P&D](#) e, no momento, estamos negociando com potenciais financiadores para apoiar a implementação de 20 sítios, especialmente nos biomas Amazônia e Mata Atlântica. Também estamos preparando protocolos de trabalho em diversos temas, como manejo, sementes, mudas, melhoramento genético.
- Sobre a parceria da Coalizão com o governo do Espírito Santo para criar um polo de silvicultura de nativas no estado, temos realizado reuniões semanais do GT. O projeto vai permitir aterrissar as quatro frentes de trabalho da FT no estado. Em breve, o plano de ação será publicado no site do governo no Espírito Santo. A ideia é expandir esse projeto para outros estados depois.
- Em breve também será lançada uma publicação, liderada pelo WRI Brasil, que reúne 41 projetos de plantio de espécies nativas com fins econômicos no território brasileiro e faz uma análise financeira e dos benefícios socioambientais desses casos. Outro estudo que está em discussão nessa FT é focado em espécies de mercado, considerando produtos madeireiros e não madeireiros, do estado do ES.

FT Bioeconomia

- Estamos em fase de conclusão do estudo contratado pela TNC para avaliação da contribuição econômica das cadeias de sociobiodiversidade no estado do Pará. Serão feitos dois seminários para apresentação do estudo para a FT. Há boas análises para orientar uma política de bioeconomia no estado do Pará, em especial no eixo sobre florestas e cadeia da biodiversidade de produtos não madeireiros. Existe oportunidade de crescimento econômico se houver investimento por parte do governo. O estudo deve ser lançado no Fórum Mundial de Bioeconomia, que acontecerá no Pará em setembro.
- O grupo tem trabalhado no posicionamento da Coalizão sobre bioeconomia e temos uma reunião já marcada com os líderes de outras FTs para colher contribuições.



- A partir da conclusão da elaboração do texto, será feito um plano de trabalho para a Coalizão no tema, visando ampliar o diálogo com o Congresso e governos (estaduais e federal) para articular uma Política Nacional de Bioeconomia.

FT Concessões Florestais

- Em outubro de 2020, o grupo contribuiu com o tema a partir do envio aos parlamentares de uma proposta de alteração da lei de gestão de florestas públicas de 2006. Este trabalho culminou no protocolamento do PL5528, que está tramitando no Congresso. Em 2021, o PL foi colocado na lista de projetos prioritários do governo, por isso deve entrar em votação em breve. Os esforços da FT estão centrados no acompanhamento deste processo. Temos realizado diálogos com os parlamentares e com outros atores como o Serviço Florestal Brasileiro para aprovação do PL.
- Também realizamos algumas reuniões com a FT Florestas Públicas Não Destinadas (Fórum Desmatamento) com o objetivo de discutir um conjunto de critérios para considerar as concessões florestais como parte da solução para a destinação dessas áreas.

Debate – Mercado de produtos florestais: lições aprendidas e visão de futuro

Moderadora Teresa Rossi – Gerente de projetos do Instituto Escolhas e líder da FT Concessões Florestais

Nosso painel vai discutir os desafios e estratégias para consolidar e ampliar o mercado brasileiro de produtos florestais. Objetivo ambicioso, que engloba desde políticas públicas, marcos regulatórios e estruturas de financiamento, até aprimoramento tecnológico, certificação e marketing. Sempre com o desafio de criar valor e cadeias mais sustentáveis. Perguntas:

- Quais as políticas públicas necessárias para fortalecer as cadeias de produção dos produtos florestais brasileiros?
- Quais medidas podem ser implementadas para aumentar o acesso desses produtos a novos mercados?
- Como fazer para que o mercado brasileiro acompanhe as transformações nos padrões globais do mercado de consumo, como novas exigências relacionadas a rastreabilidade e transparência das cadeias produtivas?
- Quais as arquiteturas de financiamento público e privado necessárias para transformar o Brasil em uma potência nesse mercado?
- Quais os desafios regulatórios relativos à produção, certificação, comercialização e fiscalização de produtos florestais?
- Quais as estratégias para entregar valor para os produtos florestais brasileiros? Qual o papel da ciência, tecnologia e conhecimento tradicional nesse processo?
- Qual a importância dos sistemas agroflorestais para conciliar produção e sustentabilidade?
- Quais os principais desafios tanto do ponto de vista da oferta, quanto da demanda para ampliação do mercado de produtos florestais no Brasil?



Ana Euler – Pesquisadora da Embrapa Amapá

- Um primeiro desafio nessa área é reconhecer que na floresta tem gente ávida por oportunidade de inclusão com esses novos mercados de produtos florestais. O Amapá tem 70% de áreas protegidas. A maior parte desses territórios são comunitários. No Marajó, temos 147 projetos de assentamento, 7 Unidade de Conservação, mais de 50 mil famílias - que querem esta conexão com o mercado. O ponto de partida é que temos uma estrutura de produção familiar. A luta pela terra trouxe um movimento há décadas de organização destes trabalhadores em torno da regularização fundiária que, em parte, se tornou realidade aqui no Marajó. Mas não vieram alicerces como a educação básica para gestão e fortalecimento para produção. E as grandes aceleradoras não conseguem conversar com essas comunidades, porque não estão organizadas. Uma política que não existe mais e que era muito importante nesse sentido, era o PRONAF + Gestão.
- Eficiência tecnológica será o próximo gargalo para essa cadeia. Hoje temos um baixo nível tecnológico, mas existem tecnologias que resolveriam boa parte dos problemas que existem. O problema é que elas não chegam aonde devem chegar.
- Não temos uma visão única de como coordenar esforços para um olhar comum para a bioeconomia na Amazônia, tudo é muito pulverizado. Mas as necessidades das comunidades são muito básicas. Precisamos ouvir mais e levar essas soluções simples. Muitas famílias não têm energia elétrica, acesso à internet. Os jovens querem se qualificar, mas precisam de meios para isso e esta qualificação é urgente porque essa nova geração é que vai decidir se a floresta permanece em pé ou não.
- Precisamos pensar em um plano que seja pactuado pelo governo, sociedade e instituições de pesquisa com o objetivo de começar pelo básico. Me angustia quando se fala de tecnologia de ponta, porque temos esse gargalo anterior. As ferramentas estão no chão e precisamos empoderar as pessoas que estão ali.
- Não precisamos atingir mercados estrangeiros. Precisamos começar pelo Brasil que é um mercado enorme que não conseguimos atender. Temos que olhar estes circuitos curtos, do micro para o macro e criar uma grande aliança que proponha soluções baseadas no local. E não existe resposta única, cada comunidade e cada cadeia têm gargalos diferentes e está num grau de amadurecimento distinto.
- Também precisamos discutir a questão do diálogo de saberes, ao reconhecer que existem os mestres e anciãos daqui. Temos que levar essas pessoas para dentro das universidades, para poder compartilhar esse conhecimento. Devemos dar espaço ao conhecimento tradicional, desmitificando que seja algo ultrapassado. Populações tradicionais estão produzindo conhecimento relevante neste momento.
- Sobre ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) pública, ainda existe, mas está enfrentando escassez de recursos. Precisamos de editais nacionais para os estados. Para além de estruturar ATER pública com editais nacionais, precisamos olhar as organizações não governamentais e privadas na Amazônia.
- Sobre concessões florestais, a legislação é importante, mas é preciso resolver a questão da regularização fundiária. Além disso, a sociedade não entendeu ainda o que é concessão. As pessoas associam a desmatamento e atividades ilegais. A sociedade precisa se apropriar disso como uma ferramenta contra o desmatamento.



Camila Lima – Gerente da área de Governo e Relacionamento Institucional do BNDES

- Trago uma visão mais econômica, do BNDES atuando na estruturação das concessões florestais, mas com este pano de fundo dos ativos ambientais. O BNDES tem atuado há bastante tempo nessa agenda ambiental. No último ano percebemos a importância de contribuir para aumentar a concessão de ativos ambientais, entendendo isso como central para o desenvolvimento local. Criamos dois departamentos voltados para estruturação de projetos para infraestrutura socioambiental e estamos atuando bastante na agenda de parques e florestas.
- Entendemos a concessão florestal como instrumento que pode contribuir bastante no desenvolvimento da bioeconomia e conservação da floresta. O BNDES tem atuado para trazer novos modelos para alavancar essa agenda, tanto no quesito econômico-financeiro, como na articulação para unir esfera pública e ampliar a visão para trazer novos atores, como investidores ESG. Estamos trabalhando também com organismos multilaterais, como o BID. Precisamos compor com esses vários parceiros algo inovador para conseguir dar escala para os produtos florestais e pensar em modelos que tragam os indicadores de desempenho corretos e que, ao mesmo tempo, tragam flexibilidade para que de fato incentivemos esse desenvolvimento de forma mais célere e efetiva.
- Não basta apenas estruturação das concessões, devemos ter um olhar mais amplo como: pensar no financiamento das concessões e nas tecnologias a serem incorporadas, que possam gerar maior controle da madeira e agregar para o desenvolvimento dos produtos florestais; e trabalhar na valorização da demanda para agregar valor aos produtos controlados e certificados.
- Sobre visão de futuro, vemos esta agenda ambiental, aqui no BNDES, como algo central. Sabemos que precisamos trazer soluções que sejam replicáveis e que sejam aplicáveis em mais áreas de forma eficiente e que consiga se adaptar às especificidades de cada local. Pensar em modelos escaláveis, mas com a especificidade de cada local.
- Outro ponto fundamental é olhar de forma global, não só para a madeira. Para isso, precisamos utilizar mecanismos corretos (indicadores de desempenho e flexibilidade).
- A concessão não é isolada, o sucesso depende de boa regulação, do desenvolvimento de cadeias produtivas e de um ambiente de oportunidade. Estamos em discussões constantes pensando em como fazer modelos para que os concessionários consigam acessar o crédito rural.

Paula Costa e Valter Ziantoni – Fundadores da PRETATERRA

Paula:

- Os desafios em torno deste tema são muitos. Trabalhando no campo vemos que a dificuldade principal é educação. É preciso educar e capacitar as pessoas que estão no campo para planejamento da produção.
- Outro ponto é conciliar produtividade com diversidade. Geralmente quando falamos em produtos florestais não madeireiros temos monocultura ou extrativismo. No caso da



monocultura, acaba se tornando um mercado de commodities. Quando os produtores começam a perceber uma baixa no preço, ficam sem alternativas. Por outro lado, o extrativismo tem produtividade baixa, pouca oferta e preço alto. Precisamos achar um meio do caminho entre estas duas realidades, que é o sistema agroflorestal.

- Toda vez que vamos trabalhar em uma comunidade ou região remota, nosso foco no sistema tem que ser para que ele seja replicável. Não dá para fazer um desenho agroflorestal que o agricultor não consiga replicar em uma região maior, por exemplo, ou que os vizinhos não possam replicar.
- Planejamos o sistema não pensando em espécie, mas sim em nichos funcionais, porque precisa ser flexível. Precisa de modelagem financeira também. Os pequenos e médios não têm acesso ao ATER, que os auxiliariam na aplicação desses modelos.
- A questão do mercado de carbono deve ser considerada e é muito importante porque torna o sistema agroflorestal mais viável.

Valter:

- A sistematização da agrofloresta é o principal caminho para avançarmos, junto com a desmitificação: derrubar essa divisão entre monocultura de um lado e um sistema idealizado e, teoricamente, complexo, do outro. Mostrando que dá para ser regenerativo em uma via no meio, encontrando cases de sucesso que sejam robustamente modelados do ponto de vista econômico e que, em um primeiro momento, podem não ser tão biodiversos quanto gostaríamos. É fazendo da floresta esse grande P&D de produtos inovadores, produtos não madeireiros, que iremos, de fato, conseguir emplacar os sistemas agroflorestais.
- Modelo agroflorestal também tem a madeira. Este é o cerne da real bioeconomia circular, porque a biomassa fecha o ciclo do sistema agroflorestal.
- O fortalecimento do lado da demanda é importantíssimo – porque não dá para comparar a monocultura (que devolve um solo exaurido) com agrofloresta.
- Quando pensamos em fazer agrofloresta, estamos falando de inclusão ambiental e social. Se tivermos um planejamento que torne esses modelos moduláveis, replicáveis, eles vão ganhar escala.
- A agricultura familiar replica a lógica do agronegócio e vai para o mercado vender commodities. Vão competir a saca do milho com grandes produtores e dificilmente sobrevivem assim. A agrofloresta e o conhecimento tradicional são os fatores que trazem aderência real para os sistemas agroflorestais. Com este conhecimento colocado como parte do design da lógica da produção agroflorestal se ganha robustez, pertencimento e aderência. O produtor sente que faz parte daquele sistema.